

PREÂMBULO

Eis-nos chegados ao Vº volume de Actas do Iº Congresso de Arqueologia Peninsular. Ele aparece como o 1º fascículo do vol. XXXV dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” (vol. já referente a 1995, e portanto ao ano em que se conclui o mandato da actual direcção) porque neste momento é ainda impossível prever exactamente quantos mais “fascículos” serão necessários: se apenas um, se dois, ou mesmo três. Tudo dependerá do eco que tiver a nossa última circular dirigida aos autores em falta (isto é, aos que ainda não nos remeteram o seu original), possibilitando a entrega dos seus textos — impreterivelmente — até final de 1994. Quanto ao financiamento, ele já não nos preocupa tanto como antes, pois, mais ou menos rapidamente, as diversas entidades foram-se consciencializando de que não estavam perante “mais um congresso”, e de que este era, e é, algo de tão dignificante para a nossa Arqueologia (portuguesa e ibérica), que seria do próprio interesse de tais entidades ligarem o seu nome à iniciativa.

O Congresso e as Actas são sem dúvida obra discreta, absolutamente alheia a quaisquer políticas culturais de fachada, ou promoções comerciais e publicitárias, tão em moda, mas afinal muito mais ambiciosa do que isso: visando resistir ao tempo, contribuir para a abertura de uma nova atitude, duradoura, na cooperação criativa dos arqueólogos e historiadores peninsulares. Com grandes sacrifícios, mesmo pessoais (muito embora não sejamos apologistas deles; mas por vezes a realidade não nos dá alternativas), temos tentado gerir o melhor possível os poucos recursos logísticos, financeiros e humanos da S.P.A.E., para deixar aqui mais (o que julgamos ser) um marco da edição arqueológica em Portugal.

Alguém acreditará, ao compulsar estes volumes, que a nossa “sede” é um cubículo onde apenas cabem (mal se podendo aí mexer) duas pessoas de cada vez, e onde até é impossível, por falta de espaço, instalar o nosso próprio computador? E no entanto é essa a situação a partir da qual temos de gerir problemas administrativos resultantes de cerca de 600 sócios, de c. de 800 participantes no Congresso, de contactos permanentes com diversas entidades e com a tipografia, etc., etc. Escusado será dizer que a maior parte do trabalho

se efectiva nas casas dos vários membros da direcção, com todos os inconvenientes facilmente imagináveis. Temos tentado junto da Reitoria da Universidade do Porto, da direcção da sua Faculdade de Ciências, da Câmara Municipal do Porto e, mesmo, com a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, encontrar uma solução logística, ao menos, para os problemas de armazenamento de muitos milhares de volumes que as Actas vão constituindo. Tal dificuldade, aparentemente simples de superar para uma instituição reconhecida de utilidade pública, constituída e activa desde 1918, com projecção internacional, tem-se mantido inamovível, embora certamente não por falta de vontade das entidades supracitadas. Da tribuna temporária que mais um preâmbulo destas Actas nos faculta queremos alertar a opinião da comunidade científica para esta situação verdadeiramente kafkiana, que urge resolver.

É verdade que, desfocando agora o caso da nossa instituição, e colocando-nos de um ponto de vista mais geral, subjacentemente a um panorama de crise e de incerteza, os arqueólogos e a Arqueologia portugueses têm ultimamente ganhado em “visibilidade” pública. Os órgãos de comunicação social dão crescente (e mais sério) eco a acontecimentos neste campo, os partidos com assento parlamentar querem ouvir-nos (aconteceu já este ano com o PS, na Assembleia da República), o Ministro do Planeamento reúne connosco para colher sugestões quanto ao salvamento do património da área da albufeira do Alqueva, somos chamados a colaborar em colóquios transdisciplinares com prestígio cultural (como num, recente, da Gulbenkian, em que intervieram dois arqueólogos), etc. Cientes, porém, e com razão, de que só os próprios arqueólogos se poderão defender a si mesmos, cansados que estão de fogos fátuos e de uma absoluta falta de política coordenada para este sector, mais de uma centena de especialistas decidiu ultimamente constituir-se em Pró-Associação Profissional de Arqueólogos, cujo surgimento corresponde basicamente ao mal-estar de uma geração jovem que quer romper — e bem — com a menoridade social a que o arqueólogo em Portugal tem estado desde sempre sujeito. Menoridade que por vezes faz dele um ser ressentido, mesquinho, invejoso dos sucessos dos outros, orgulhosamente só mas ávido de umas migalhas de atenção e de meios que o poder por vezes lhe concede, como aqueles pobres na Idade Média que aguardavam que os que comiam lhes atirassem uns restos do alto dos seus balcões.

A Arqueologia é uma profissão, um serviço prestado à sociedade, uma actividade cultural com tanta criatividade e dignidade como qualquer outra que exija grande diversidade de aptidões intelectuais e manuais conjugadas. Pela sua própria natureza, ela está bem colocada para ajudar a superar noções acríticas do nosso senso comum, dicotomias como teoria/prática, dados/interpretações, passado/presente, corpo/espírito, ideia/matéria, natureza/cultura, para só citar alguns “quistos” mentais que podem degenerar em verdadeiros cancro se os

não soubermos tornear. A Arqueologia abre para outras histórias, para uma pluralidade de passados. E nesse sentido ela pode ser tudo menos a re-presentação de um “passado” distante e pitoresco, uma “história bem contada” e devidamente emoldurada para consumo fácil e rentabilização imediata, ou um passado “objectivo” e caucionado pelo branqueamento asséptico da ciência, mas sim a construção de passados incômodos, questionantes, interrogativos, capazes de pôr em causa o (des)funcionamento da nossa própria sociedade.

Como escrevi recentemente, a propósito de uma intervenção que intitularam “A Luz da História” e que me foi encomendada pelo Acarte (F. Gulbenkian) no contexto de um ciclo sobre “A Descoberta”, mais precisamente na sua sessão sobre “A Prova” (permita-se-nos uma longa citação de parte de um texto apenas distribuído aos auditores): “o que importa sublinhar [ao arripio daquele(s) título(s)], como sugerem por exemplo autores que colaboram no livro *Other Histories* (ed. por K. Hastrup, Londres, Routledge, 1992), é a necessidade urgente de “fazer explodir o conceito ocidental de história através do conceito antropológico de cultura.” Por outras palavras, e como os mesmos autores acentuam, questionar os nossos conceitos de “História” à luz de outras histórias, de outras formas de produzir história e de pensar acerca dela.

“A história (no sentido de discurso sobre “o acontecido”) é uma arena de conflito, como estamos a cada momento a confirmar na actualidade.

“Na época moderna, a historicidade radical de que fala Giddens criou a ideia de um passado unitário à escala mundial, isto é, procurou apropriar-se do conjunto do tempo como base para a mesma hegemonização no que toca à totalidade do espaço, através da descontextualização, do esvaziamento do tempo e do espaço dos seus antigos valores locais.

“Esta historicidade radical articula-se com a tentativa de proceder a um gigantesco holocausto cultural, o da destruição, ainda em curso, da multiplicidade das culturas, das sensibilidades, das vivências locais do tempo, subordinadas progressivamente a um tempo calendário, mecânico, mensurável para efeitos económicos, etc.

“Assim, é importante enfatizar a variabilidade de percepções do tempo e de formas de constituição da memória colectiva, fazer implodir o passado tal como nos quiseram ensiná-lo, através da voz dada aos mais diversos actores sociais sobre o seu passado, os seus passados.

“Os valores e significados atribuídos ao tempo são puramente contextuais, e obviamente já não têm qualquer valor as velhas dicotomias entre as sociedades tradicionais (“frias”, do tempo cíclico, etc.) e as modernas (“quentes”, do tempo linear, etc.), pois, como B. Adam mostra bem, no seu contributo para a *Companion Encyclopedia of Anthropology* (ed. T. Ingold, Londres, Routledge, 1994), ciclicidade e linearidade são dois modos do tempo que coexistem em

todas as sociedades e dependem da perspectiva do observador.

“Fazendo entrar na história, nas histórias, todos os tempos, sensibilidades e vivências que aquela por vezes procurou silenciar, será abrimo-nos a uma enorme riqueza de experiências itinerantes, libertadoras pelo lado da tolerância e da variedade e não pelo caminho linear de quaisquer “amanhãs triunfantes” (triumfantes para alguns, claro, os que se arrogariam a missão de liderarem esclarecidamente os outros — já assistimos a todo o tipo de experiências nessa direcção e ficámos amplamente esclarecidos).

“M. Serres (*Éclaircissements*, Paris, Flammarion, 1994, p. 79) afirmou recentemente: “a razão está estatisticamente distribuída por toda a parte: ninguém pode reivindicar a sua posse exclusiva.” E, adiante, ao falar da nossa imaginação do tempo: “Em lugar de condenarmos ou de excluirmos, rejeitamos determinada coisa para a antiguidade ou para o arcaísmo; já não dizemos “falso”, preferimos dizer: “ultrapassado” ou obsoleto”. Dantes, sonhava-se, agora, pensamos; dantes, cantava-se poesia, hoje, realizamos experiências eficazmente. A história é pois a projecção num tempo imaginário — imperialista, mesmo — desta exclusão muito real. O corte temporal equivale a uma exclusão dogmática.”

“O arqueólogo (profissão de quem escreve estas linhas) é o homem que transforma o “documento” em “monumento”; analisa o lugar, num primeiro momento, para o tentar entender na sua especificidade irredutível, mas com a consciência plena de que nem mesmo ele é um espaço de absoluto que se possa, alguma vez, “captar” numa sua qualquer pretensa “verdade”. O sítio é um *topos* de fluidez, de identidade fugidia, um ponto de fuga para a infinitude do que se pode imaginar que aí terá acontecido.

“Não se trata portanto de procurar nesse lugar elementos para “fazer história” (como a maior parte das pessoas parece andar convencida) — porque nesse caso pôr-se-ia a questão: qual, senão aquela que só importa, no bom sentido, subverter? — mas, sobretudo, de identificar e “registar” um conjunto de pontos de apoio para o trabalho da imaginação sobre as histórias desse sítio concreto.”

Essas histórias têm uma elasticidade tal que são capazes de fazer da experiência do lugar tanto um nóculo de intimidade obscura como, no extremo oposto da gama de possibilidades, o mundo inteiro, na sua plenitude solar.

Esta a força, diria brutal, da Arqueologia. Quem, empedernido, poderá afirmar que jamais a viveu?

Prosseguremos.

Porto, Abril de 1994

Vitor Oliveira Jorge

Secretário-Geral do Congresso para Portugal